

Uma casa de pensamento e ação

O perfil dos egressos da pós-graduação *stricto sensu* da Ensp: hipóteses, tendências e proposta para uma avaliação institucional

André de Faria Pereira Neto

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LIMA, NT., FONSECA, CMO., and SANTOS, PRE., orgs. *Uma escola para a saúde* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. 268 p. ISBN 85-7541-047-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

8. O PERFIL DOS EGRESSOS DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA ENSP: HIPÓTESES, TENDÊNCIAS E PROPOSTA PARA UMA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

André de Faria Pereira Neto

INTRODUÇÃO

A criação e o desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* da Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz), em meados da década de 1970, integrou o processo de organização e expansão da pós-graduação no Brasil, da qual a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) foi agente privilegiado.

Uma avaliação do perfil dos egressos do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* da Ensp deve ser, portanto, inserida no contexto de organização da pós-graduação em nosso país, levando em consideração as instituições, concepções e os atores envolvidos. Em seguida, faremos uma apresentação e análise sumária dos primeiros dados obtidos no levantamento desenvolvido na Secretaria Acadêmica da Ensp,¹ complementado com informações obtidas na Plataforma Lattes da Capes. Esta pesquisa permitiu que fossem elaborados diferentes perfis dos egressos. Gênero, origem profissional e geográfica foram alguns dos parâmetros utilizados para desenhar este perfil. Foram incluídos nesta análise tanto os dados dos alunos que concluíram quanto os dos que não terminaram os cursos de mestrado e doutorado. Os egressos que fizeram mestrado e doutorado na Ensp mereceram atenção especial. Os ‘filhos’ da Ensp complementam nosso estudo.

¹ Agradecemos a participação de Renata Rufino e Júlia Bertolini – bolsistas do Programa de Vocação Científica (Provoc) da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – na construção e organização do Banco de Dados sobre os Egressos da Ensp, que serviu de base para a redação deste artigo. Agradecemos, ainda, ao sociólogo Luciano Cerqueira e ao programador Elcio Novis Cardozo, que nos ajudaram na indexação dos dados.

Os dados coletados e sistematizados e as tabelas permitem a apresentação de hipóteses explicativas para o perfil obtido e indicam tendências para os próximos anos. Este artigo visa ainda enfatizar a importância de uma análise permanente que avalie e acompanhe o egresso. Os resultados fornecidos por esta pesquisa e sua continuidade podem ser incorporados ao conjunto de indicadores utilizados na avaliação institucional da Ensp.

CAPES: UMA HISTÓRIA EM CINCO TEMPOS²

Marieta de Moraes Ferreira e Regina da Luz Moreira (2002) coordenaram uma equipe de pesquisadores e organizaram uma obra recorrendo a depoimentos orais com alguns dos atores sociais que participaram da criação e do desenvolvimento da Capes desde sua origem – 1951 – até os dias atuais. Com base nas entrevistas e nas leituras realizadas, propuseram uma periodização para a história desta agência de fomento, dividindo-a em cinco momentos.

O primeiro foi denominado por elas de ‘A Capes em tempos de Anísio Teixeira’ (1951-1964). Inicialmente denominada Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Capes foi criada com o objetivo oficial de assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país.

A organização dessa entidade ocorreu durante o segundo governo Vargas, quando a questão da construção de uma nação desenvolvida e independente estava na ordem do dia. A administração pública, a industrialização e o setor de serviços assumiam uma abrangência inédita e careciam de pessoal especializado de nível superior. Com propósito análogo e/ou atendendo a demandas semelhantes, foram criados, nos anos 1950, o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), a Escola Brasileira de Administração Pública (EbaP) e a Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp). A criação da Capes não foi, portanto, um fato isolado; atendeu, antes de mais nada, a uma visão estratégica sobre o lugar da formação profissional no exercício das atividades públicas, no pleno funcionamento do Estado e na incursão do país no mundo desenvolvido.

² Neste trecho, incorporamos livremente boa parte das idéias expostas por Ferreira e Moreira (2002).

Nesse primeiro momento, a presença do educador Anísio Teixeira à frente da Capes foi fundamental, não só como idealizador da agência, mas também como responsável por sua configuração institucional. No primeiro caso, entendia como necessária a formação de mão-de-obra de nível superior para enfrentar os desafios do desenvolvimento. No segundo, concebeu um órgão vinculado, ao mesmo tempo, simultaneamente ao Ministério da Educação e à Presidência da República. Esta estruturação dotou a Capes de prestígio e agilidade administrativa em seus primeiros anos de vida.

A direção executiva da instituição foi entregue, em 1954, a Almir de Castro. Em depoimento publicado Ferreira e Moreira (2002), este médico sanitário, diretor do Serviço de Grandes Endemias do Instituto Oswaldo Cruz, afirmou que a Capes de Anísio Teixeira criou centros regionais de treinamento e preocupou-se com a qualidade do corpo docente. Além disso, foram feitos vários levantamentos descritivos das faculdades, universidades e instituições de pesquisa do Brasil. Anualmente, 120 pessoas eram contempladas com bolsas de estudo no exterior. Almir Castro revelou a inexistência de entrosamento e a duplicação de funções existentes entre a Capes e o CNPq e denunciou, ainda, o fato de o CNPq receber, na época, dez vezes mais recursos do que a Capes.

Os tempos de Anísio Teixeira como secretário-geral da Capes (1951-1964) foram de estruturação, organização e composição do corpo de funcionários da agência. Foram tempos de conceder bolsas de estudo, ainda que de modo restrito, e de estabelecer os primeiros convênios internacionais com instituições congêneres, como a Fundação Ford e a Rockefeller. Em abril de 1964, os militares assumiram o poder e deram fim ao primeiro momento da história da Capes, exonerando Anísio Teixeira e Almir de Castro de suas funções.

O segundo período (1964-1974) foi considerado por Ferreira e Moreira (2002) de “instabilidade e redefinição institucional”. A turbulência administrativa foi de tal ordem que o fechamento da agência foi cogitado. A redefinição institucional começou a ser operada desde 1964. Durante aquele ano, a Capes passou a estar, cada vez mais, subordinada ao ministro da Educação, que tinha autoridade para regulamentar as atividades da agência e aprovar seu regimento interno. Aos poucos, a Capes passou a ser responsável pela execução dos planos do Ministério da Educação. A instabilidade pôde ser observada pelo fato de seis diretores executivos terem se sucedido no poder e de a agência ter tido muita dificuldade para implementar, efetivamente, uma política de apoio e aperfeiçoamento do

pessoal do ensino superior. Para Ferreira e Moreira (2002), a posse e o mandato de Celso Barroso Leite (1969-1974) na direção da Capes interrompeu este ‘ciclo’. A reforma universitária de 1968 e a ideologia do ‘milagre econômico’ dotaram a pós-graduação de enorme relevância.

Com Celso Barroso Leite, nos anos de 1970, a Capes passou a ter maior autonomia em relação ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Suas funções, entretanto, confundiam-se, cada vez mais, com as do CNPq e as do Departamento de Assuntos Universitários (DAU), do MEC. Em depoimento, recuperado por Ferreira e Moreira, Barroso Leite afirmou: “Sempre considerei que havia certa superposição de tarefas entre a Capes e o CNPq; então um cuidado que tive foi trazer a Capes mais para o aperfeiçoamento do corpo docente, que era sua função” (Barroso Leite apud Ferreira & Moreira, 2002: 59).

Em junho de 1970, foi oficializada a presença da área acadêmica no Conselho Deliberativo da Capes. Durante sua gestão, Barroso Leite conseguiu retomar o processo de reestruturação da agência, reforçando a racionalização e padronização dos processos administrativos. Ele se considerava um executor, um administrador. “A política mais geral já chegava pronta para nós, formulada pela DAU. Eu procurava, então, adaptá-la às rotinas da casa, seguindo sempre as instruções – tinha que seguir”, afirmou (Barroso Leite apud Ferreira & Moreira, 2002: 63).

A periodização proposta pelas autoras integra a história da Capes à história política do país. Se o movimento militar de 1964 dificultou a sobrevivência da Capes segundo o modelo criado e dirigido por Anísio Teixeira, a distensão política ‘lenta’ e ‘gradual’, promovida pelo general Geisel a partir de 1974, mudou outra vez o curso dos acontecimentos da agência. Durante o seu governo, a lógica do planejamento e da racionalidade da coisa pública, que já dominava a agenda política da elite do poder pós-1964, passou a receber apoio ainda mais explícito.

O terceiro período dessa história institucional circunscreve-se entre o início do governo Geisel (1974) e a posse de Collor na presidência da República (1990), quando foi imputado à Capes um papel estratégico na organização da pós-graduação no país. Para Ferreira e Moreira (2002), enquanto que o período anterior assistiu à criação de mecanismos de financiamento, neste momento houve o ‘desabrochar’ da pós-graduação no Brasil, conseqüência da implementação dos três Planos Nacionais de Desenvolvimento, do Plano Setorial de Educação e Cultura e do Plano Básico de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia. Diretamente vinculados aos objetivos estratégicos da Capes, foram elaborados o Plano

Nacional de Pós-Graduação e o Conselho Nacional de Pós-Graduação. Esta instância deliberativa reunia representantes das principais instituições responsáveis pelo Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e pelo Sistema Universitário Brasileiro. Aos poucos, foram sendo ampliadas as responsabilidades da Capes na implementação, no acompanhamento e na avaliação dos programas de capacitação docente e de recursos humanos.

Segundo as autoras, a partir do governo Geisel,

se redefiniram e compatibilizaram as funções e responsabilidades de cada uma das instituições envolvidas com o sistema de pós-graduação, de modo a eliminar as indefinições, as sobreposições e os conflitos de interesse e, assim, não apenas garantir uma ação integrada e cooperativa, mas também evitar a repetição de um processo de crescimento espontâneo e desordenado, marcado pela duplicação de esforços. (Ferreira & Moreira, 2002: 21)

Para atender à nova e grande responsabilidade, a Capes teve de se reformular internamente. Foram contratados e treinados novos funcionários para trabalhar na sede em Brasília, recém-inaugurada. Sob a direção de Darcy Closs (1974-1979), passou a ser dotada de autonomia administrativa e financeira. Suas diretrizes acompanhavam o Plano Nacional de Pós-Graduação. A participação de membros da comunidade acadêmica na análise de solicitações, na avaliação de cursos, na implementação de políticas definidas pela agência, assim como nas demais decisões a cargo da Capes, passou a ser cada vez mais freqüente.

A esse respeito, o professor Closs afirmou: “Progressivamente, os Comitês de Assesores por área de conhecimento foram sendo ampliados em número. Com a seleção de professores de acordo com as indicações da comunidade científica” (Darcy Closs apud Ferreira & Moreira, 2002: 73).

Os dados disponíveis na Capes revelam um crescimento notável do número de cursos de pós-graduação no Brasil durante a gestão Closs. Aos 561 cursos de mestrado existentes em 1976 foram acrescentados outros 142 até 1979. Criaram-se, portanto, 35 cursos de mestrado, em média, por ano no Brasil, no período. Darcy Closs atribui à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), sob a direção de José Pelúcio, boa parte das responsabilidades desse crescimento. Naquele momento, a Capes ultrapassava o CNPq em número de bolsas, consolidando-se como agência de pós-graduação, ao passo que o CNPq concentrava suas atenções no fomento a grupos, núcleos e linhas de pesquisa. A rápida e expressiva expansão dos programas de pós-graduação trouxe consigo a preocupação com a preservação da qualidade e a avaliação das atividades por eles desenvolvidas.

Darcy Closs foi sucedido por Cláudio Moura e Castro (1979-1982), que consolidou o processo iniciado por seu antecessor. A velocidade de crescimento dos cursos de mestrado foi ligeiramente limitada nesse período. Em quatro anos foram criados 57 novos cursos de mestrado: praticamente a metade do quadriênio anterior.³ A questão agora passava a ser descentralizar os procedimentos de modo a garantir a continuidade da atuação da agência. Segundo Ferreira & Moreira (2002: 23), sob a gestão de Moura e Castro (1979/1982) “foi estabelecido todo um processo de transferência, para as universidades e programas, da responsabilidade de selecionar, acompanhar, pagar e avaliar o desempenho dos alunos bolsistas, cabendo à agência apenas a função de promover a mais ampla avaliação dos programas e dos alunos”.

Os dois últimos momentos da história da Capes, sugeridos por Ferreira e Moreira (2002), foram denominados “ameaça” (1990-1992) e de “novos desafios” (1992 até hoje). No primeiro deles, a agência e o país viveram o interregno autoritário capitaneado pelo então presidente Fernando Collor. A reestruturação da administração pública por ele perpetrada promoveu a extinção da Capes. Um misto de perplexidade e revolta tomou conta da comunidade acadêmica. O fim da Capes não perdurou: em janeiro de 1992, sendo ministro da Educação e Cultura José Goldemberg, a agência foi transformada em uma fundação pública.

Conforme consta na lei:

A fundação Capes terá como finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a área de pós-graduação, coordenar e avaliar os cursos desse nível no País e estimular, mediante bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda dos setores públicos e privado. (Brasil, 2002)

A partir de 1992, as sucessivas direções da Capes trataram de implementar, sobretudo, um novo sistema de avaliação que fosse capaz de dotar os programas de pós-graduação de algum estímulo para a elevação da qualidade, em níveis internacionais.

Essa breve retrospectiva nos permitiu perceber que a história da Capes desenvolveu-se à sombra das alterações políticas e institucionais dos diversos governos e modelos de desenvolvimento que dominaram a cena política brasileira dos últimos 50 anos. Apesar disso, a instituição seguiu

³ Ver a Tabela 6 – Evolução do número de alunos matriculados e titulados na pós-graduação (mestrado, doutorado e profissionalizante) 1987-2000, em Ferreira e Moreira (2002: 323).

ampliando seu poder de credenciamento e avaliação dos programas de pós-graduação do país, sobretudo a partir de 1974. A iniciativa cerceadora perpetrada nos primeiros anos do governo Collor, por exemplo, não foi suficientemente efetiva para inibir essa trajetória. Como pode ser observado na evolução do número de cursos de pós-graduação no Brasil entre 1976 e 2000, apesar da extinção formal da agência, os cursos de pós-graduação continuaram a ser criados no início dos anos de 1990. Outro aspecto digno de nota foi a reiterada preocupação, evidente tanto na configuração legislativa de 1951 quanto na de 1992, de que a formação de pós-graduação atenda às necessidades dos empreendimentos públicos e privados.

A criação da primeira turma de mestrado (1977) e de doutorado (1980) da Ensp ocorreu em meio a todo este contexto político e institucional.

A PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA ENSP: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DESTA PESQUISA

Antes de apresentarmos alguns resultados do levantamento realizado e desenharmos o perfil do egresso dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da Ensp, faremos uma breve exposição dos métodos utilizados na coleta dos dados.

Trata-se de um levantamento quantitativo. Para que fosse realizado, elaborou-se uma ficha nominal para cada aluno(a), indexando-se as informações, por turma, em três grandes campos distintos. No primeiro deles, foram registrados os dados pessoais do estudante, tais como o nome completo, sexo, data e local de nascimento e endereço residencial. Estes dados foram discriminados para que se pudesse acompanhar a questão de gênero na formação do sanitarista, a faixa etária em que se realizou o ingresso no programa e o poder de atração que a Escola desempenhou sobre os profissionais oriundos de outras unidades da federação. Um desdobramento possível desta investigação seria verificar se o número de egressos de outros estados diminuiu com a criação de cursos de pós-graduação de saúde pública nesses locais.

No segundo campo constam informações relacionadas à formação universitária e à atuação profissional do egresso. Foram incluídas informações sobre o curso de graduação realizado pelo egresso: qual o título obtido; ano de conclusão; unidade da federação em que se localiza; nome da universidade e sua condição de instituição pública ou privada. Além disso, registra o local e o nome da instituição em que o ex-aluno trabalhava quando ingressou no mestrado e/ou doutorado e sua condição

de organização pública ou privada. Nosso objetivo, ao criarmos tais índices, foi verificar como evoluiu a presença de indivíduos com diferentes formações universitárias e inserções profissionais nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da Ensp. No caso dos alunos que ingressaram no doutorado, constam ainda informações sobre o local, a instituição, o ano de conclusão e a especialidade do mestrado. Um desdobramento possível desta pesquisa seria verificar as relações entre o local de trabalho do egresso e a opção pelos cursos da Ensp.

No terceiro campo incluímos informações sobre o desempenho do egresso na Ensp: a área ou linha de pesquisa de sua dissertação/tese; data de defesa; grau obtido; nome do orientador e do coordenador da pós-graduação; e título do trabalho. Com isso, pretendíamos verificar o tempo que o aluno levou para concluir o curso, as relações que desenvolveu com orientadores e coordenadores e a avaliação que seu trabalho teve. Um desdobramento possível desta pesquisa seria verificar se a dissertação ou tese foi editada ou não sob a forma de artigo ou livro.

Os anos de recorte de nosso levantamento foram os seguintes: para o mestrado, 1977 e 2000; para o doutorado, 1980 e 1998. As datas do início do levantamento correspondem, respectivamente, ao início das primeiras turmas de mestrado e doutorado da Ensp. Os outros dois marcos indicam as duas turmas que deveriam ter defendido sua dissertação e tese, uma vez que o diploma de mestre é obtido com dois anos e o de doutor com quatro anos de estudo.

A maioria das informações que integram esse banco de dados foram coletadas nos arquivos da Secretaria Acadêmica da Ensp. Outras foram resgatadas no banco de currículos da Plataforma Lattes da Capes. As tabelas que integram este texto foram organizadas por nós com base nos dados obtidos nesse levantamento.

O INGRESSO E A EVASÃO DO ALUNO: HIPÓTESES E AGENDA DE PESQUISA

Um primeiro dado que salta aos olhos de quem examina este acervo de informações relaciona-se com o volume de alunos que entraram nos dois programas de pós-graduação *stricto sensu* da Ensp nos últimos anos.

A Tabela 1 apresenta o movimento de ingresso nos programas da Ensp no mestrado e no doutorado e revela alguns dados dignos de nota.

Tabela 1 – Movimento de ingresso no mestrado e doutorado da Ensp (1977-2000)

Ano	Mestrado	Doutorado
1977	17	
1978	7	
1979	8	
1980	10	5
1981		7
1982	9	
1983	5	1
1984	12	
1985	11	3
1986	16	4
1987	20	7
1988	19	
1989	20	
1990	20	
1991	24	24
1992	39	31
1993	31	15
1994	49	14
1995	55	23
1996	47	18
1997	50	26
1998	56	23
1999	73	
2000	80	
Total	678	201

Em primeiro lugar, constatamos que, no caso do mestrado, o número de alunos foi igual ou inferior a 20 até a turma de 1990. A partir de então este número foi aumentando de maneira irregular, até atingir o patamar de 80 alunos na seleção de 2000. No doutorado, o movimento foi semelhante, em menores proporções. Até 1990 o número de alunos admitidos anualmente não chegava a dez. Depois deste ano, o número de estudantes de doutorado foi sempre superior a uma dezena, chegando a

ultrapassar a barreira das duas dezenas diversas vezes e atingir a cifra de 31 alunos em 1992.

Uma das hipóteses que pode explicar esse crescimento diz respeito ao fato de o plano de carreira em ciência e tecnologia e no magistério de nível superior estar associado à titulação formal em mestrado e doutorado, o que resulta em ganhos reais na remuneração. Tal vinculação foi instituída pela Constituição de 1989; antes dela, a titulação não representava ganho real no salário do servidor público de formação acadêmica. Outro aspecto que não pode ser negligenciado é o fato de a Ensp ter crescido muito durante os anos 1980. Os departamentos e linhas de pesquisa já desenvolviam trabalhos de reconhecida consistência, e seus quadros eram integrados por professores com doutorado.

Tal crescimento, evidenciado na Tabela 1, pode ser, ainda, comparado às tendências nacionais. Segundo consta nos dados da Capes, havia, em 1987, cerca de 29 mil alunos de mestrado no Brasil. Em 2000, este número atingiu a casa dos 61 mil. Ou seja, em linhas gerais, este número duplicou. No caso do doutorado, em 1987, havia cerca de oito mil alunos inscritos no Brasil, contra 26 mil em 1998. Ou seja, um aumento de pouco mais de três vezes.⁴ Seguindo o mesmo parâmetro, podemos verificar que até 1987 a Ensp havia inscrito 115 alunos no mestrado e 27 no doutorado. O número de alunos aprovado na seleção da Ensp entre 1988 e 2000 foi cinco vezes maior do que os que estavam matriculados até 1987.

A Tabela 1 revela também que em alguns anos não houve seleção para os programas de pós-graduação da Ensp. Uma pesquisa, que contemplasse entrevistas com os coordenadores do programa seria uma alternativa para desvendar as razões que levaram à não-abertura dessas turmas.

De qualquer forma, entre 1977 e 2000, 678 alunos foram selecionados e se matricularam no mestrado da Ensp. Entre 1980 e 1998, 201 ingressaram no doutorado da instituição. Foram feitas, portanto, 879 matrículas. Os dados presentes na Secretaria Acadêmica da Ensp comprovam que nem todos esses 879 alunos matriculados concluíram o curso e obtiveram o título nesta instituição.

Na Tabela 2 constam os números de formandos e de evasão do mestrado da Ensp, em valores absolutos e percentuais.

⁴ Ver a Tabela 6 – Evolução do número de alunos matriculados e titulados na pós-graduação (mestrado, doutorado e profissionalizante) 1987-2000, em Ferreira e Moreira (2002: 323).

Tabela 2 – Formados e evasão do mestrado da Ensp (1977-2000): valores absolutos e percentuais

Ano	Matriculados	Formados	%	Evasão	%
1977	17	10	59%	7	41%
1978	7	4	57%	3	43%
1979	8	5	63%	3	38%
1980	10	5	50%	5	50%
1982	9	7	78%	2	22%
1983	5	5	100%	0	0%
1984	12	10	83%	2	17%
1985	11	9	82%	2	18%
1986	16	10	63%	6	38%
1987	20	16	80%	4	20%
1988	19	16	84%	3	16%
1989	20	17	85%	3	15%
1990	20	18	90%	2	10%
1991	24	20	83%	4	17%
1992	39	31	79%	8	21%
1993	31	26	84%	5	16%
1994	49	41	84%	8	16%
1995	55	51	93%	4	7%
1996	47	40	85%	7	15%
1997	50	46	92%	4	8%
1998	56	42	75%	14	25%
1999	73	59	81%	14	19%
2000	80	49	61%	31	39%
Total	678	537	79%	141	21%

Podem ser identificados quatro momentos na história desse mestrado. No primeiro, compreendido entre 1977 e 1982, os índices de conclusão e evasão aproximam-se bastante, até igualarem-se em 1982. Esta situação talvez possa ser explicada pelo fato de a pós-graduação, então em seus primórdios, estar em fase de organização e não dispor ainda de um programa consolidado de bolsas de estudo, o que favoreceria a evasão de muitos profissionais que não eram liberados de seus serviços

para fazer o curso, realizado em tempo integral. De qualquer forma, estas são hipóteses que uma pesquisa com os alunos que evadiram e os formados poderá ou não confirmar.

A partir de 1982 houve um sensível incremento dos índices de conclusão, chegando estes à casa dos 80%. O processo de seleção mais rígido e o acompanhamento mais detido do aluno são elementos que podem explicar esta tendência de queda nos índices de evasão.

Em 1986, observa-se uma queda percentual. Um hiato. Os que concluíram chegam a 63% e os que evadiram atingem a marca de 38%. Esta aproximação, verificada em uma turma específica, pode ser melhor compreendida se forem entrevistados todos os alunos que a integraram. Quem dá aulas sabe que existem diferenças sensíveis entre as turmas dentro de um mesmo estabelecimento de ensino.

O terceiro momento, situado entre 1987 e 1997, caracteriza-se por uma relativa estabilidade. Os índices de conclusão giram em torno de 80% e os de evasão aproximam-se da casa dos 20%.

Em 1988 os níveis de evasão do mestrado voltam a subir, chegando a atingir a 39% em 2000. Se levarmos em consideração os números absolutos apresentados na Tabela 2, verificamos que, na última turma investigada, 31 alunos, abandonaram o curso de mestrado da Ensp antes de defender a dissertação. Outros 49 conseguiram concluir e obter seu diploma. Os números são grandes e despertam a atenção, se comparados aos primeiros anos do programa. Naquele tempo, os índices de evasão giravam também em torno de 40%. Entretanto, em termos absolutos, em 1980, por exemplo, cinco alunos concluíram mestrado e cinco não o conseguiram. Naquela época, uma dissertação de mestrado podia ser equiparada, em abrangência e profundidade, a uma atual tese de doutorado, o que talvez explique os elevados índices de evasão dos primeiros anos. Mas como justificar a reemergência desta tendência a partir de 1988? O rigor no cumprimento do prazo de dois anos para a conclusão do curso, determinado pela Capes, talvez responda a esta questão.

Observemos agora como a relação entre formados e evasão evoluiu entre os alunos de doutorado. A Tabela 3 apresenta uma configuração diferente da anterior.

Tabela 3 – Formados e evasão do doutorado da Ensp (1980-1998): valores absolutos e percentuais

Ano	Matriculados	Formados	%	Evasão	%
1980	5	2	40%	3	60%
1981	7	4	57%	3	43%
1983	1	1	100%	0	0%
1985	3	2	67%	1	33%
1986	4	2	50%	2	50%
1987	7	2	29%	5	71%
1991	24	20	83%	4	17%
1992	31	22	71%	9	29%
1993	15	12	80%	3	20%
1994	14	12	86%	2	14%
1995	23	20	87%	3	13%
1996	18	14	78%	4	22%
1997	26	18	69%	8	31%
1998	23	17	74%	6	26%
TOTAL	201	148	74%	53	26%

A Tabela 3 apresenta em números absolutos e percentuais a evasão no curso de doutorado da Ensp, de 1980 a 1998. Neste caso, os índices de evasão chegaram a superar, por duas vezes, os de conclusão do curso. Tal tendência, indesejada, talvez explique as razões que levaram à suspensão temporária da seleção para o doutorado em 1987, só retomada quatro anos depois. A partir de 1992, os índices de conclusão mantiveram-se em torno de 80% e os de evasão não chegaram à casa dos 20%, excetuando-se o ano de 1997, quando este índice atingiu a marca de 31%.

A tabela relativa aos doutorandos revela uma tendência diferente daquela observada entre os mestrados. No primeiro caso, o percentual de alunos que abandonam o curso apresenta um movimento descendente, enquanto que no segundo o movimento é ascendente. O aluno de doutorado, em geral, já tem sua inserção acadêmica definida e uma significativa maturidade intelectual, obtida inclusive durante o mestrado. Estas características poderiam explicar os baixos índices de evasão do doutorado, quando comparados aos observados do mestrado.

Uma hipótese, muitas vezes aventada, é a de que o aluno que sai do curso de mestrado ou de doutorado da Ensp torna a se inscrever nele anos depois. A partir dos dados fornecidos pela Plataforma Lattes do CNPq, chegamos à conclusão de que poucos alunos reingressaram no programa de pós-graduação da Ensp. Este foi o caso de apenas duas das 53 pessoas que não concluíram doutorado e cinco dos 141 alunos que abandonaram o curso sem ter obtido o diploma de mestrado. Cabe ressaltar que oito alunos que haviam evadido se inscreveram e concluíram doutorado em outra instituição.

No caso do mestrado, apenas um aluno concluiu o curso em outra instituição. A maioria dos ex-alunos de mestrado e doutorado que evadiram não tem currículo na Plataforma Lattes ou, se o tem, não consta que tenham concluído a pós-graduação em outra instituição. O trauma que a não-conclusão de um curso de pós-graduação causa em um ex-aluno talvez explique este quadro.

Um item que poderia compor a agenda de pesquisa sobre a qualidade dos cursos oferecidos nos programas de pós-graduação da Ensp seria a análise das razões que levaram esses alunos a abandonar o curso, sem ter obtido o almejado diploma. Questionários com perguntas abertas e fechadas e entrevistas poderiam ser feitos para tentar identificar as razões que levaram à evasão.

Sobre o tema, algumas questões podem ser desde já formuladas. O que fez esses alunos abandonarem o curso antes de concluí-lo? A falta de estímulo e/ou contrapartida institucional de onde trabalhavam podem justificar os altos índices de evasão? Além disso, não se deve esquecer que muitos alunos são requisitados pelo mercado de trabalho vendo-se forçados a abandonar o curso para atender a essas demandas. De qualquer forma, não pode ser descartada a possibilidade de alguns alunos terem desistido do curso por não poderem se dedicar a ele em tempo integral bem como por insatisfação com o programa ou desentendimento com o orientador e/ou algum professor. Óbito, gravidez, problemas de saúde, nascimento de filho(s) e complicações familiares como separação ou falecimento de parentes são razões de cunho privado que igualmente não podem ser esquecidas.

Uma pesquisa com os alunos que evadiram mereceria ser feita, para que o programa de pós-graduação conseguisse avaliar as razões de seu insucesso parcial. Afinal, foi feito um investimento grande em cada um desses alunos. O que chama a atenção nos alunos que evadiram é que todos se submeteram a uma rigorosa seleção para ingressar nos programas de pós-graduação da Ensp. Considerando-se os critérios classificatórios de seleção, ao serem aprovados esses candidatos ocuparam a vaga de outros

que, uma vez admitidos, poderiam ter concluído o curso, defendendo sua dissertação ou tese no prazo previsto. Verificar as razões que levaram um aluno a não concluir seu curso de pós-graduação pode oferecer elementos para que a coordenação do programa de pós-graduação tome atitudes preventivas que inibam esta tendência e potencializem o investimento público nesse tipo de formação profissional.

Passaremos a analisar, a seguir, os 537 alunos que concluíram mestrado e os 148 que defenderam tese de doutorado na Ensp, definindo seu perfil.

O PERFIL DOS EGRESSOS NA ENSP: MULHER, NÃO-MÉDICA E FLUMINENSE

Três dimensões compõem o perfil do egresso da Ensp que organizamos: gênero, profissão e origem geográfica. A primeira teve a intenção de identificar se houve ou não um crescimento da presença feminina entre os sanitaristas. Na segunda, os dados foram organizados de modo a podermos verificar como evoluiu a participação dos graduados em medicina nos cursos de pós-graduação da Ensp ao longo do tempo. Finalmente, com a terceira, pretendemos analisar até que ponto a Escola de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz foi ‘nacional’, ou seja, até que ponto ela atraiu alunos oriundos de outras unidades da federação, além daqueles nascidos no estado do Rio de Janeiro.

A Tabela 4 refere-se à evolução da presença feminina entre os egressos da Ensp.

Em relação aos egressos do mestrado da Ensp, pelo menos duas explicações, combinadas, justificam uma tendência favorável à hegemonia feminina. Por um lado, não deve ser negligenciado o aumento da presença feminina no meio universitário, sobretudo na área da saúde. Por outro, algumas carreiras, como a enfermagem, a psicologia, o serviço social e a nutrição – dominadas pelo gênero feminino –, passaram a ocupar um lugar de destaque, cada vez maior, nos cursos de pós-graduação de saúde pública no Brasil.

Em relação aos egressos do doutorado o quadro é semelhante, com algumas diferenças que merecem destaque. No doutorado houve, até o início dos anos de 1990, uma sensível oscilação entre as maiorias feminina e masculina. Depois de 1993, evidenciou-se um crescimento progressivo da hegemonia feminina, que chegou a atingir os 82% em 1998 – último ano inventariado nesta investigação.

Tabela 4 – Distribuição dos alunos da Ensp quanto aos gêneros masculino e feminino: valores absolutos e percentuais

Mestres					
Ano	Homem	%	Mulher	%	Total
1977	4	40%	6	60%	10
1978	0	0%	4	100%	4
1979	2	40%	3	60%	5
1980	1	20%	4	80%	5
1982	3	43%	4	57%	7
1983	4	80%	1	20%	5
1984	5	50%	5	50%	10
1985	5	56%	4	44%	9
1986	1	10%	9	90%	10
1987	7	44%	9	56%	16
1988	7	44%	9	56%	16
1989	6	35%	11	65%	17
1990	4	22%	14	78%	18
1991	6	30%	14	70%	20
1992	11	35%	20	65%	31
1993	7	27%	19	73%	26
1994	10	24%	31	76%	41
1995	17	33%	34	67%	51
1996	14	35%	26	65%	40
1997	11	24%	35	76%	46
1998	16	38%	26	62%	42
1999	18	31%	41	69%	59
2000	14	29%	35	71%	49

Doutores					
Ano	Homem	%	Mulher	%	Total
1980	0	0%	2	100%	2
1981	2	50%	2	50%	4
1983	1	100%	0	0%	1
1985	1	50%	1	50%	2
1986	0	0%	2	100%	2
1987	2	100%	0	0%	2
1991	11	55%	9	45%	20
1992	7	32%	15	68%	22
1993	6	50%	6	50%	12
1994	5	42%	7	58%	12
1995	8	40%	12	60%	20
1996	6	43%	8	57%	14
1997	6	33%	12	67%	18
1998	3	18%	14	82%	17

O aumento do contingente feminino na pós-graduação da Ensp traduz, em parte, o progressivo processo de inclusão da mulher no sistema produtivo e nas esferas decisórias em nosso país. Para os objetivos que orientam este trabalho, cabe destacar que a Ensp está formando cada vez mais mulheres sanitaristas e que esta tendência é ainda mais evidente entre os doutorandos.

Outra perspectiva que compõe o perfil dos egressos é a origem profissional dos estudantes. Afinal, que profissional procura a Ensp para se tornar um sanitarista pós-graduado?

As diferentes formações profissionais, presentes nas fichas de matrícula dos alunos, foram agrupadas em quatro categorias diferentes. Em ‘medicina’ colocamos exclusivamente os médicos graduados. Em ‘saúde’, reunimos todos os profissionais que fizeram graduação na área, como os enfermeiros, dentistas, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, nutricionistas, farmacêuticos e biólogos. Em ‘ciências humanas e sociais’, reunimos os filósofos, jornalistas, sociólogos, historiadores, arqueólogos, biblioteconomistas, economistas, pedagogos, psicólogos e assistentes sociais. Em ‘outras’, agrupamos os engenheiros, zootecnistas, veterinários, químicos, agrônomos, geólogos, programadores de computação, arquitetos e estatísticos, dentre outros.

As Tabelas 5 e 6 apresentam o quadro de egressos da Ensp segundo a formação na graduação. Para melhor visualizar a evolução da presença de médicos entre os egressos da Ensp, agrupamos todas as demais profissões na categoria ‘não’ e contrastamos este conjunto com a profissão médica.

Os dados nos mostram que, exceto 1979, até 1991 o número de alunos médicos no mestrado era igual ou superior à soma de todos os demais alunos que haviam se graduado em outras áreas do conhecimento. Depois desse período, o quadro mudou. A tendência que passou a se evidenciar foi de predomínio das carreiras não-médicas com formação de sanitarista na Ensp. A partir de 1966 cerca de 80% dos alunos de mestrado da Ensp não eram médicos.

Tabela 5 – Origem profissional dos mestrandos da Ensp (1977-2000): valores absolutos e percentuais

Ano	Medicina	% Medicina	Saúde		C H.S		Outras		Não		TOTAL
1977	8	80%	1	10%		0%	1	10%	2	20%	10
1978	1	25%	3	75%		0%		0%	3	75%	4
1979	2	40%		0%	3	60%		0%	3	60%	5
1980	3	60%	1	20%	1	20%		0%	2	40%	5
1982	5	71%	2	29%		0%		0%	2	29%	7
1983	5	100%		0%		0%		0%	0	0%	5
1984	8	80%	1	10%	1	10%		0%	2	20%	10
1985	5	56%	1	11%	1	11%	2	22%	4	44%	9
1986	5	50%	4	40%	1	10%		0%	5	50%	10
1987	12	75%	2	13%	2	13%		0%	4	25%	16
1988	10	63%	3	19%	3	19%		0%	6	38%	16
1989	11	65%	4	24%	2	12%		0%	6	35%	17
1990	12	67%	5	28%	1	6%		0%	6	33%	18
1991	10	50%	3	15%	4	20%	3	15%	10	50%	20
1992	13	42%	8	26%	7	23%	3	10%	18	58%	31
1993	9	35%	9	35%	5	19%	3	12%	17	65%	26
1994	10	24%	11	27%	14	34%	6	15%	31	76%	41
1995	21	41%	12	24%	12	24%	6	12%	30	59%	51
1996	8	20%	13	33%	12	30%	7	18%	32	80%	40
1997	7	15%	6	13%	21	46%	12	26%	39	85%	46
1998	7	17%	12	29%	19	45%	4	10%	35	83%	42
1999	10	17%	18	31%	22	37%	9	15%	49	83%	59
2000	12	24%	13	27%	18	37%	6	12%	37	76%	49
TOTAL	194	36%	132	25%	149	28%	62	12%	343	64%	537

No caso do doutorado o quadro é bem distinto. A Tabela 6 sintetiza as informações obtidas a este respeito, entre os egressos do doutorado. Depois dos primeiros anos de soberania oscilante entre as duas categorias, passou-se algum tempo de equilíbrio, seguido de hegemonia não-médica. Os dados de 1988 revelam uma tendência ao equilíbrio, como demonstrado na mesma tabela.

Tabela 6 – Origem profissional dos doutorandos da Ensp (1980-1998):
valores absolutos e percentuais

Ano	Med		Saúde		C H.S		Outras		Não Med	TOTAL
1980		0%	2	100%		0%		0%	2	100% 2
1981	2	50%		0%	2	50%		0%	2	50% 4
1983	1	100%		0%		0%		0%	0	0% 1
1985	1	50%	1	50%		0%		0%	1	50% 2
1986		0%	1	50%	1	50%		0%	2	100% 2
1987	1	50%		0%	1	50%		0%	1	50% 2
1991	11	55%	2	10%	4	20%	3	15%	9	45% 20
1992	13	59%	3	14%	3	14%	3	14%	9	41% 22
1993	2	17%	3	25%	6	50%	1	8%	10	83% 12
1994	3	25%	3	25%	2	17%	4	33%	9	75% 12
1995	10	50%	5	25%	4	20%	1	5%	10	50% 20
1996	5	36%	5	36%	3	21%	1	7%	9	64% 14
1997	5	28%	7	39%	4	22%	2	11%	13	72% 18
1998	7	41%	3	18%	6	35%	1	6%	10	59% 17
TOTAL	61	41%	35	24%	36	24%	16	11%	87	59% 148

A ampliação da presença de outros profissionais que não o médico, na formação de sanitarista, parece traduzir uma tendência favorável à ampliação da base cognitiva da profissão. Importa assinalar que, entre os mestres, depois de 1997, houve uma dominação de profissionais oriundos das áreas humanas e sociais. Somados aos profissionais graduados em outras áreas, o quantitativo atinge a metade do número de egressos. Entre os doutores o quadro é semelhante, com uma diferença significativa. O percentual de médicos doutores foi inferior a 30% apenas em 1993 e 1997. Nas demais turmas, o número foi sempre superior ao verificado entre os mestrados.

Uma análise detida poderia relacionar a questão de gênero e de origem profissional às áreas e linhas de pesquisa que compõem o programa de pós-graduação da Ensp. Esta é uma possibilidade interessante, que pode desvendar novas questões e hipóteses. Para os objetivos que regem este artigo, convém ressaltar que a Ensp está formando cada vez menos médicos como sanitaristas e que o número de sociólogos, psicólogos e assistentes sociais tem crescido de maneira inédita, sobretudo entre os mestres.

E de onde vieram os alunos da Ensp? Neste caso, nos interessa perceber se a Escola foi ou não ‘nacional’. Para identificar a origem geográfica do mestrado e doutorado, nos baseamos nos registros sobre

a naturalidade do aluno, imaginando que ele tenha se transferido para o Rio de Janeiro para fazer sua pós-graduação.

Nas Tabelas 7 e 8 agrupamos os egressos em quatro categorias distintas. Na primeira, denominada 'Rio', reunimos os alunos naturais de diferentes municípios do estado do Rio de Janeiro. Na segunda, Sudeste, agrupamos os naturais dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Em 'Brasil', os estudantes nascidos nas demais regiões do país. Em 'estrangeiro', incorporamos aqueles nascidos em outros países, entre os quais se destacam os latino-americanos e africanos. Na categoria não-Rio reunimos todos os egressos naturais de outras regiões do país e os estrangeiros. Como no caso da origem profissional, reunimos diferentes registros de origens regionais sob o mesmo rótulo. Nosso objetivo foi o de facilitar a visualização e identificar tendências. A Ensp seria 'nacional' se a soma das diferentes origens geográficas fosse superior ao número de estudantes naturais do estado do Rio de Janeiro.

Analisando a Tabela 7, podemos constatar que o curso de mestrado da Ensp chegou a ser uma referência nacional até 1991, quando o índice de não-fluminenses atingiu o patamar de 55%. Depois, este percentual oscilou em torno de 30%, excetuando-se 1996, quando atingiu 48%. Uma análise detida dos integrantes dessa turma, sob o ponto de vista de origem regional também poderia ser interessante. A queda verificada depois de 1991 pode ser explicada pela criação de novos cursos de mestrado em outras unidades da federação, muitos deles estimulados pela Ensp ou por muitos de seus professores.

No caso dos egressos do doutorado, a Tabela 8 guarda algumas diferenças com o observado anteriormente.

Como foi observado entre os mestres, no doutorado houve uma oscilação de hegemonia entre fluminenses e não-fluminenses até 1991. Depois, a tendência da presença de alunos de doutorado de fora do Rio de Janeiro atingiu a faixa dos 45 ou 50%. Com isso podemos constatar que o curso de doutorado é bem mais 'nacional' que o de mestrado. Tal fato pode ser explicado pela criação de bolsas de estudo para doutorado específicas para docentes que estimulam esta formação em uma unidade da federação diferente daquela em que atuam profissionalmente. Além disso, o número de cursos de mestrado em saúde coletiva cresceu mais que o de doutorados na mesma área. Hoje, no Brasil, existem 17 cursos de mestrado e 11 de doutorado reconhecidos pela Capes. Destes últimos, apenas cinco tem a nota 5, entre os quais o da Ensp. A qualidade e a notoriedade que o curso detém no Brasil exercem, sem dúvida, um papel de atração

sobre os pesquisadores de todo o país, fazendo com que o curso de doutorado seja ainda uma referência nacional na área.

Se existem os alunos que abandonaram e não concluíram o curso, há aqueles que fizeram o mestrado e o doutorado na Ensp. Estes serão denominados por nós ‘filhos’ da Ensp. A análise dos 42 ‘filhos’ da Ensp auxiliará na compreensão das tendências verificadas até aqui.

Tabela 7 – Origem geográfica dos mestrandos da Ensp (1977-2000): valores absolutos e percentuais⁵

Ano	Rio	%	Sudeste	%	Brasil	%	Estrang.	%	Não-Rio		TOTAL
1977	2	22%		0%	6	67%	1	11%	7	78%	9
1978		0%	2	50%	2	50%	0	0%	4	100%	4
1979	1	25%	1	25%	2	50%	0	0%	3	75%	4
1980	4	80%	1	20%	0	0%	0	0%	1	20%	5
1982	3	43%	2	29%	2	29%	0	0%	4	57%	7
1983	2	50%	1	25%	0	0%	1	25%	2	50%	4
1984	5	50%	2	20%	1	10%	2	20%	5	50%	10
1985	4	44%	1	11%	2	22%	2	22%	5	56%	9
1986	4	40%	4	40%	2	20%	0	0%	6	60%	10
1987	8	50%	1	6%	4	25%	3	19%	8	50%	16
1988	8	50%	1	6%	6	38%	1	6%	8	50%	16
1989	7	41%	5	29%	3	18%	2	12%	10	59%	17
1990	10	56%		0%	4	22%	4	22%	8	44%	18
1991	9	45%	6	30%	4	20%	1	5%	11	55%	20
1992	17	55%	4	13%	5	16%	5	16%	14	45%	31
1993	16	62%	2	8%	7	27%	1	4%	10	38%	26
1994	28	68%	4	10%	6	15%	3	7%	13	32%	41
1995	31	63%	4	8%	9	18%	5	10%	18	37%	49
1996	21	53%	10	25%	8	20%	1	3%	19	48%	40
1997	31	69%	5	11%	7	16%	2	4%	14	31%	45
1998	29	69%	4	10%	7	17%	2	5%	13	31%	42
1999	36	67%	9	17%	6	11%	3	6%	18	33%	54
2000	30	65%	10	22%	3	7%	3	7%	16	35%	46
TOTAL	306	59%	79	15%	96	18%	42	8%	217	41%	523

⁵ Em 14 fichas de alunos inscritos no mestrado da Ensp não consta a naturalidade.

Tabela 8 – Origem geográfica dos doutorandos da Ensp (1980-1998): valores absolutos e percentuais⁶

Ano	Med		Saúde		C H.S		Outras		Não Med	TOTAL	
1980		0%	2	100%		0%		0%	2	100%	2
1981	2	50%		0%	2	50%		0%	2	50%	4
1983	1	100%		0%		0%		0%	0	0%	1
1985	1	50%	1	50%		0%		0%	1	50%	2
1986		0%	1	50%	1	50%		0%	2	100%	2
1987	1	50%		0%	1	50%		0%	1	50%	2
1991	11	55%	2	10%	4	20%	3	15%	9	45%	20
1992	13	59%	3	14%	3	14%	3	14%	9	41%	22
1993	2	17%	3	25%	6	50%	1	8%	10	83%	12
1994	3	25%	3	25%	2	17%	4	33%	9	75%	12
1995	10	50%	5	25%	4	20%	1	5%	10	50%	20
1996	5	36%	5	36%	3	21%	1	7%	9	64%	14
1997	5	28%	7	39%	4	22%	2	11%	13	72%	18
1998	7	41%	3	18%	6	35%	1	6%	10	59%	17
TOTAL	61	41%	35	24%	36	24%	16	11%	87	59%	148

OS ‘FILHOS’ DA ENSP: UM PERFIL QUE MERECE RESPEITO

Dos 148 egressos que concluíram o doutorado na Ensp, 41 haviam feito mestrado na mesma instituição. Este seletor grupo compõe a Tabela 9. Na coluna ‘ano’ nos referimos ao da turma de ingresso no doutorado. Para preservar a privacidade dos alunos, na coluna ‘nome’ registramos apenas um número. Na coluna intitulada ‘G’ está indicado o gênero; em ‘formação’ consta o curso de graduação realizado pelo ex-aluno. Este breve levantamento encerra-se com a identificação de sua condição de ex-aluno de curso de especialização e seu local de trabalho atual. As quatro primeiras informações foram obtidas na Secretaria Acadêmica da Ensp; as duas últimas, na Plataforma Lattes.

⁶ Em uma ficha de aluno inscrito no doutorado da Ensp não consta a naturalidade.

Tabela 9 – ‘Filhos’ da Ensp

ANO	ALUNO	G	FORMAÇÃO	ESP.	TRABALHO ATUAL
1980	1	F	ENFERMAGEM	Não	USP - RP
1991	2	M	MEDICINA	Fio	ENSP - FIOCRUZ
1991	3	F	MEDICINA	Fio	ENSP - FIOCRUZ
1992	4	F	MEDICINA	Não	UEM - MARINGÁ
1992	5	F	MEDICINA	Fio	UFRJ
1992	6	F	PSICOLOGIA	Fio	ENSP - FIOCRUZ
1992	7	M	MEDICINA	Fio	ENSP - FIOCRUZ
1992	8	F	MEDICINA	Fio	ENSP - FIOCRUZ
1992	9	F	MEDICINA	Sim	OMS - BRASILIA
1992	10	F	MEDICINA	Fio	ENSP - FIOCRUZ
1992	11	F	MEDICINA	Fio	UFPA - PARÁ
1994	12	F	NUTRIÇÃO		SEM LATTES
1994	13	F	(SEM INFO)	Fio	ENSP - FIOCRUZ
1994	14	F	MEDICINA	Fio	UFRJ
1994	15	F	MEDICINA	Fio	ENSP - FIOCRUZ
1995	16	M	MEDICINA	Fio	UFMG - MG
1995	17	F	MEDICINA	Fio	SMS - RJ
1995	18	M	SEM LATTES		SEM LATTES
1995	19	M	MEDICINA	Fio	UFRJ
1995	20	M	MEDICINA	Fio	ENSP - FIOCRUZ
1995	21	F	ENFERMAGEM	Sim	UNIJUI - RS
1995	22	F	NUTRIÇÃO	sim	UFPEL - RS
1996	23	M	MEDICINA	Fio	UNIRIO
1996	24	F	NUTRIÇÃO	sim	UFRJ
1996	25	F	ENG. SANITÁRIA	Fio	ENSP - FIOCRUZ
1996	26	F	NUTRIÇÃO	Fio	UERJ
1996	27	F	SERVIÇO SOCIAL	Fio	FIOCRUZ
1997	28	M	SEM LATTES		SEM LATTES
1997	29	F	ENFERMAGEM	Fio	HEC - FIOCRUZ
1997	30	F	ENFERMAGEM	Fio	UERJ
1997	31	F	PSICOLOGIA	Fio	UFRJ
1997	32	F	(SEM INFO)	Fio	ENSP - FIOCRUZ
1997	33	F	SOCIOLOGIA	Não	IFF - FIOCRUZ
1998	34	F	PSICOLOGIA	Fio	UFF
1998	35	M	MEDICINA - PERU	Fio	INCA
1998	36	F	PSICOLOGIA	Fio	ENSP - FIOCRUZ
1998	37	F	PEDAGOGIA	Fio	UFF
1998	38	F	PSICOLOGIA	Fio	UNC - ST. CATARINA
1998	39	F	MEDICINA	Fio	HEC - FIOCRUZ
1998	40	F	MEDICINA	Fio	UNIR - RONDONIA
1998	41	F	ENFERMAGEM	Fio	IELUSC - ST. CATARINA

Os dados obtidos revelam a supremacia feminina: Entre os 41 ‘filhos’ da Ensp encontramos apenas nove homens, dois dos quais não têm currículo na Plataforma Lattes. Este fato pode significar que não tenham seguido carreira acadêmica, universitária ou de pesquisa. Em termos de formação profissional, na graduação a incidência maior é de médicos. Dezenove dos 41 ‘filhos’ da Ensp fizeram graduação em medicina. Este número parece ser ainda maior até a turma de 1995. Até então haviam 22 ‘filhos’ da Ensp, dos quais 15 eram médicos. A partir de 1996 esta tendência inverteu-se. Dos 19 restantes, apenas quatro haviam feito medicina na graduação. A proliferação de origens profissionais predomina, sobretudo a partir desta data, quando foi observada a presença significativa de enfermeiras e psicólogas, em maior número, e de assistentes sociais, nutricionistas, pedagogas, engenheiras e sociólogas. Todas mulheres.

O aspecto que mais nos chamou a atenção, na análise dos currículos destes 41 doutores da Ensp, é que quase todos haviam feito cursos de especialização na própria Fundação Oswaldo Cruz. A impressão que se tem é que estes cursos serviram como porta de entrada para a pós-graduação *stricto sensu*. Entre os ‘filhos’ da Ensp, há quem tenha feito o curso básico ou de especialização de saúde pública, de epidemiologia das doenças endêmicas, de saúde mental, de malariologia, de programação e gerência de sistemas ou de pneumologia sanitária. Alguns não fizeram sua especialização na Fundação Oswaldo Cruz. Apenas membros desse grupo não fizeram, antes do mestrado, um curso de especialização.

No que se refere à atuação profissional posterior à conclusão do doutorado, a endogenia parece ter predominado, sobretudo até 1995. Até aquele ano, nove dos 22 ‘filhos’ da Ensp permaneceram trabalhando na mesma instituição onde fizeram sua formação de mestrado e doutorado. Depois, esta tendência diminuiu. Os ‘filhos’ da Ensp espalharam-se pelo país, concentrando-se a maioria no Rio de Janeiro. No entanto, cabe assinalar que nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Brasília, Pará e Rondônia existem ‘filhos’ da Ensp, todos desempenhando papel de destaque na pesquisa e formação de novos sanitaristas e/ou atuando na gestão e planejamento de serviços de saúde.

O refinamento da pesquisa que estes dados traduzem indicam a predominância das tendências verificadas no conjunto da amostra. Os profissionais com graduação em medicina prevaleceram nos primeiros anos, mas vêm perdendo espaço para os graduados em outras áreas, sobretudo os de enfermagem e psicologia. Os homens, que na amostra geral já eram

em número menor do que as mulheres, perdem sua participação no contingente de ‘filhos’ da Ensp.

Neste estudo não foi verificada a origem geográfica de cada ‘filho’ da Ensp, mas observou-se seu destino. A maioria deles veio a trabalhar no Rio de Janeiro, sobretudo na Fundação Oswaldo Cruz, particularmente na própria Ensp. Não é desprezível, entretanto, o número de profissionais que atuam nos mais diferentes cantos do país, em importantes instituições de ensino e pesquisa. Este dado revela o impacto que os ‘filhos’ da Ensp podem ter na formulação de políticas públicas, na produção acadêmica e na formação de futuros sanitaristas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos houve um crescente reconhecimento da necessidade de institucionalização da prática da avaliação nos cursos de graduação e pós-graduação. Uma das razões que justificam este esforço está relacionada com a legítima reivindicação de diversos segmentos da sociedade civil, que clamam pela verificação do uso e do retorno social do investimento público em educação.

O modelo de avaliação da Capes é indicador relevante quanto ao credenciamento e à qualidade dos cursos de pós-graduação. Não fosse assim, haveria a pleora de cursos sem qualidade e controle que se observa na graduação, onde o ensino parece caminhar a passos largos para a mercantilização.

A avaliação que a Capes desenvolve e que a transformou em uma agência respeitada em todo o país combina componentes objetivos e subjetivos. Por um lado, introduziu um sistema de informações quantificáveis bastante completo, com número de professores, linhas de pesquisa, trabalhos publicados e dissertações e/ou teses defendidas, entre outros dados. Por outro lado, a agência organiza visitas periódicas aos programas de pós-graduação, procurando introduzir critérios subjetivos em sua análise. No final, os programas são pontuados com uma nota que traduz, em linhas gerais, a qualidade do curso, a atividade do corpo docente e a qualidade da produção acadêmica de alunos e professores.

Simon Schwartzman (1982) vem analisando os critérios utilizados pela Capes nas avaliações que esta agência desenvolve junto aos programas de pós-graduação do país. O Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (Nupes) da Universidade de São Paulo (USP) tem feito esforço semelhante. Em geral, os pesquisadores que tratam do tema são unânimes em ratificar

a importância das avaliações desenvolvidas pela Capes, tecendo alguns comentários que visam a torná-la ainda mais completa e adequada a cada área do conhecimento e região deste imenso país.

Nosso intuito com este artigo foi, em primeiro lugar, apresentar um perfil dos egressos dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da Ensp; um perfil ainda incompleto e que pode ser aperfeiçoado, se prosseguirem as investigações sobre as questões e hipóteses aqui assinaladas.

Sugerimos, também, à comunidade de professores, pesquisadores, alunos, ex-alunos e amigos da Ensp que seja feita uma avaliação permanente e sistemática de seus egressos. Uma avaliação que monitore suas expectativas e (in)satisfações, que acompanhe sua trajetória fora da Ensp, que verifique se os ideais de Anísio Teixeira sobrevivem – ou seja, se os cursos de pós-graduação da Ensp têm assegurado a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país. A impressão que temos, ao conhecermos os ‘filhos’ da Ensp, é de que este sonho se tornou, em boa parte, realidade. Cabe entrar em contato com os egressos, sofisticar a amostragem, cruzar os dados e pensar novas hipóteses e questões.

No mesmo sentido, a lei que criou a Capes em 1992 propunha que instituições como a Ensp formassem recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda dos setores público e privado. A avaliação e o acompanhamento de seus egressos contribuem também para fazer com que a Ensp se assegure ainda mais do papel central que desempenha no processo de profissionalização do sanitarista no Brasil, seja como gestora de serviços de saúde, formadora de pesquisadores e professores e mesmo formador de outras ou de gerações de sanitaristas.

A avaliação e o acompanhamento do egresso podem servir, finalmente, para analisar e intervir nas tendências predominantes, reformatando o objetivo e o planejamento estratégico da unidade. Os dados fornecidos por esta pesquisa e por seu prosseguimento, bem como pelo acompanhamento do egresso podem ser incorporados ao conjunto de indicadores utilizados na avaliação institucional da Escola.

Está na hora de ser feita uma avaliação que leve em consideração o desempenho dos egressos? No nosso entender toda hora é hora de avaliar o fruto de nosso esforço. O momento das comemorações dos 50 anos da Ensp parece ainda mais propício para que seja iniciado tal empreendimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. *Legislação e Normas da Pós-Graduação*. 2.ed. Brasília: Funadesp, 2002.
- FERREIRA, M. M. & MOREITA, R. L. *Capes/50 Anos: depoimentos ao CPDOC*. Brasília: Capes, 2002.
- SCHWARTZMAN, S. Avaliando a pós-graduação: a prática da teoria. Iuperj, 10 dez. 1982. (Trabalho apresentado na reunião com a coordenação de programas de pós-graduação). Friburgo, 20 a 22 de outubro de 1982. (Série Estudos, 10)

BIBLIOGRAFIA

- CASTRO, M. H. M. A pós-graduação em *zoom*. Três casos revisitados. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior (Nupes) Universidade de São Paulo. Documento de Trabalho 6/91, 1991 (Mimeo.)
- DURHAN, E. & SCHWARTZMAN, S. *Avaliação do Ensino Superior*. São Paulo: Edusp. 1992.
- MEDEIROS, G. K. et al. Formação profissional versus mercado de trabalho no vale do Itajaí: um estudo avaliatório. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 73(174): 361-379, maio-ago., 1992.
- MORAES FERREIRA, M. & LUZ MOREIRA, R. *Capes/50 Anos: depoimentos ao CPDOC*. Brasília: Capes, 2002.
- PENA, M. D. C. Acompanhamento dos egressos no âmbito educacional brasileiro: análise da situação profissional dos diplomados nos cursos de Engenharia Industrial – Elétrica e Mecânica do CEFET-MG, no período de 1983 a 1994, 2000. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
- THOME, E. G. da R. O egresso do curso e enfermagem da Unisinos e sua situação ocupacional, 1991. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUC-RS.